



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2015.0000451313

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0347823-68.2007.8.26.0577, da Comarca de São José dos Campos, em que é apelante CARLOS ALVES DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado GLAUBER OLIVEIRA BATISTA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente), ANTONIO NASCIMENTO E BONILHA FILHO.

São Paulo, 25 de junho de 2015.

FELIPE FERREIRA
RELATOR
Assinatura Eletrônica

**Apelação com revisão Nº 0347823-68.2007.8.26.0577**

Comarca: São José dos Campos – 2ª Vara Cível

Apte.: Carlos Alves dos Santos.

Apdo.: Glauber Oliveira Batista.

Itessado: Julio Cesar dos Santos.

Juiz de 1º grau: Paulo de Tarso Bilard de Carvalho

Distribuído(a) ao Relator Des. Felipe Ferreira em: 27/05/2015

VOTO Nº 33.058

EMENTA: ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. Evidente a responsabilidade solidária do proprietário do veículo pelo dano causado pelo terceiro que o conduzia no momento do acidente. 2. Uma vez configurada a culpa do motorista que conduzia o veículo do apelante, de rigor a condenação deste. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Trata-se de recurso de apelação contra a respeitável sentença de fls. 258/262 que julgou parcialmente procedente a ação para condenar os réus, solidariamente, a pagar ao autor: a) o valor de R\$ 5.200,00, corrigidos a partir de 12/12/2007 e com juros de 1% ao mês a contar da citação e; b) o valor de R\$ 20.000,00, a título de danos morais, corrigidos e com juros de 1% ao mês a contar da publicação da sentença. Em razão da sucumbência mínima, arcarão os requeridos com o pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, fixados em 20% sobre o valor da condenação, observada a condição de ambos de beneficiários da justiça gratuita.

Pleiteia o apelante Carlos a reforma do julgado alegando que não restou comprovada nos autos a culpa pelo acidente. Aduz que a prova testemunhal não trouxe aos autos a certeza acerca de quem teria causado o acidente, não sendo admissível atribuir a culpa pelos fatos ao corréu Julio Cesar. Ressalta que o autor ficou inerte quando instado a especificar provas, não logrando demonstrar os fatos constitutivos de seu direito.

**Apelação com revisão Nº 0347823-68.2007.8.26.0577**

Aponta que, embora o veículo seja de sua propriedade, não concorreu para os acontecimentos já que desconhecia que o corréu Julio Cesar havia tomado as chaves do veículo e saído com o mesmo. Dessa forma não pode ser responsabilizado solidariamente. Entende que não é o caso de responsabilidade objetiva, de modo que era necessária a comprovação da culpa pelo acidente, o que não ocorreu no presente caso. Requer seja dado provimento ao presente recurso a fim julgar improcedente a ação.

Apresentadas as contrarrazões, subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Bem andou o ilustre magistrado sentenciante ao decidir a lide nos seguintes termos:

“É incontroversa a existência do acidente mencionado na inicial.

É incontroversa a culpa do corréu Júlio César.

A propósito, ele se manifestou nos seguintes termos: “na fatídica tarde do dia 15 de junho de 2005, o réu Júlio (condutor) e Emerson estavam trafegando pela estrada Putim-Tecnasa, em velocidade compatível, com toda diligência, probidade e os demais elementos exigidos pelo Código Brasileiro de trânsito, quando, ao sair de uma das acentuadas curvas da estrada (que por sinal se encontrava sem sinalização de 'curva perigosa'), veio a perder o controle do veículo por ele dirigido, colidindo com uma moto que vinha no sentido contrário” (sic fl. 101).

Em outras palavras, na condução de veículo de seu irmão Carlos, o réu Júlio César perdeu o controle do automóvel e colidiu com a motocicleta conduzida pelo autor.

**Apelação com revisão Nº 0347823-68.2007.8.26.0577**

A título de registro, anote-se que a testemunha Alex Leite Palmira não se lembrava dos fatos (fl. 194), de modo que não auxiliou no deslinde da questão.

Nesse contexto, evidencia-se a culpa do corréu Júlio César, culpa esta que se estende ao proprietário do veículo, o corréu Carlos, seu irmão.

A propósito, não há provas nos autos de que Júlio César tenha se apoderado das chaves do veículo, em sem consentimento de Carlos, ou de alguma outra hipótese que isentasse o proprietário pela responsabilidade dos causados por seu veículo.

Quanto aos danos, vejamos as provas produzidas, observando que o autor pleiteia indenização por danos materiais e reparação por danos morais.

Quanto aos danos materiais, o autor juntou com a inicial um orçamento da empresa PLANETA MOTOS LTDA. para reparo do veículo, em 10.5.2007, no valor de R\$6.720,88 (fls. 14-16) e, mais adiante, apresentou uma avaliação do veículo no valor de R\$6.357,00 (fl. 129).

Sobre o valor da motocicleta (Honda/CG 125 Titan KS, ano 2004 fl. 8), o corréu Júlio César, apresentando edição do JORNAL DO CARRO, de 12.12.2007 (fl. 124), observou que o valor de uma motocicleta, “do mesmo modelo de 2007”, custava R\$5.200,00.

Em réplica, o autor observou que o preço médio de uma motocicleta nova era de R\$5.708,00, conforme informação da WebMotors (fl. 129), que indica veículo do 2008.

Nesse contexto, conclui-se que o valor apontado pelo corréu deve ser adotado porque reflete o valor mais aproximado do veículo do autor.

Quanto aos danos morais, o episódio vivenciado pelo autor e as consequências do acidente sofridas por ele são aptas a gerar dano moral indenizável.

Submetido à perícia elaborada pelo IMESC Dr. José Vicente

**Apelação com revisão Nº 0347823-68.2007.8.26.0577**

Camargo, em 25.6.2009 (fls. 168-173) , o perito registrou que o autor “é portador de sequela de acidente de natureza grave, acometendo o membro inferior esquerdo, secundário ao acidente narrado, com deformidade permanente; anquilose do joelho; hipotrofia muscular e encurtamento significativo do membro inferior esquerdo; além de osteoartrose secundária” (fl. 171).

Ao final, o perito concluiu que “os achados de exame físico e exames subsidiários estão de conformidade com os sintomas relatados e estabelecem nexos com o acidente narrado, com caracterização de incapacidade parcial e permanente, tendo havido incapacidade total e temporária no período pós traumático, pós manipulação cirúrgica de imobilização e reabilitação (...). Baseados na Tabela SUSEP, considerando o encurtamento do membro inferior e anquilose de joelho, o percentual de incapacidade é de 35%. Conforme critérios da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, o prejuízo estético está estimado em nível médio, 20%, portanto 55%” (fl. 172).

A propósito, as fotografias que instruem a inicial (fls. 65-68) dão uma ideia do sofrimento vivenciado pelo autor.

Enfim, é de meridiana compreensão que o acidente sofrido pelo autor é apto a causar sofrimento imoderado: atinge a esfera de subjetividade, ou o plano valorativo de qualquer pessoa na sociedade, alcançando os aspectos mais íntimos da personalidade humana o da intimidade e da consideração pessoal.

O valor pretendido pelo autor se modo adequado ao caso concreto.

...

Analizados os elementos de prova constantes dos autos [atento à culpa dos réus, à limitação física e à extensão do dano], arbitro a indenização de R\$20.000,00.

Quanto ao dano moral, cabe uma observação. Sua reparação nunca chegará a qualquer tipo concreto de equivalência entre o prejuízo e o ressarcimento. Servirá,

**Apelação com revisão Nº 0347823-68.2007.8.26.0577**

sim, para proporcionar ao indenizado uma compensação pelo dano suportado, pondo-lhe o ofensor nas mãos uma soma que não é o pretium doloris. Entretanto, sem jamais se converter em fonte de enriquecimento, ainda mais quando não se divisa dolo.” (fls. 259/261).

De plano, é certo que em nenhum momento é discutido o fato de que o veículo pertence ao apelante Carlos Alves dos Santos, razão pela qual configurada está a sua responsabilidade solidária, pelo dano causado pelo terceiro, o corréu Julio Cesar, que o conduzia no momento do acidente.

Outro não é o entendimento jurisprudencial desta Corte de Justiça, veja-se:

ACIDENTE DE VEÍCULO - REPARAÇÃO DE DANOS - PROPRIETÁRIO E CONDUTOR - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - RECURSO IMPROVIDO. O proprietário do veículo responde solidariamente pelos danos causados em acidente mesmo que não tenha sido o condutor. (Apel. s/ Rev. nº 959.673-0/3, rel. Des. RENATO SARTORELLI, 26ª Câm., j. 23.10.06).

RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - LEGITIMIDADE PASSIVA - PROPRIETÁRIO - CONDUTOR DO VEÍCULO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - EXISTÊNCIA - RECONHECIMENTO. Em matéria de acidente automobilístico o dono do veículo responde, em solidariedade, pelos atos culposos de terceiro. (AI 901.337-00/6 - 30ª Câm. - Rel. Des. ALFREDO FANUCCHI - J. 13.7.2005).

Ação indenizatória - Acidente de trânsito - Culpa do corréu evidenciada - Inobservância de sinalização de parada obrigatória - Cruzamento de via preferencial - Responsabilidade solidária da proprietária. (Ap. s/ Rev. Nº 1.231.831-0/5, 26ª Câm., Rel. Des. ANDREATTA RIZZO, J. 28/01/09).

**Apelação com revisão Nº 0347823-68.2007.8.26.0577**

No mérito, é certo que os danos sofridos estão diretamente relacionados com o ato ilícito do corréu Julio Cesar, de não conduzir com segurança o veículo, restando caracterizado, estreme de qualquer dúvida, o nexo de causalidade, como brilhantemente esclarecido em lapidar voto do insigne Desembargador HOEPPNER DUTRA, inserto na RJTJSP 27/329, nestes termos:

"Coarctada que seja a relação de causalidade aos limites lógicos e assim é situado na relação jurídica, tem-se que a ação é causa quando dentro da corrente causal é o elemento preponderante que, a despeito de qualquer condição interferente, atuou como elemento necessário para o resultado. A causa assim estimada, elimina toda aquela regressão infinita na relação causal, aflorando como elemento bastante para o acontecimento final.

E dessa forma, caracterizando-se como causa única em relação ao resultado, faz-se com que se apague toda a consideração relativa a condições interferentes ao processo e dessa forma, o ciclo causal se exaure, projetando-se como causa única do resultado ocorrido. Assim delimitada, tem-se que a ação é causa quando suprimida mentalmente, o resultado não teria ocorrido. É o processo da eliminação hipotética, segundo a expressão de Thyren."

E pela leitura atenta dos autos, observa-se que a culpa do motorista que conduzia o veículo do apelante restou incontroversa, pois o próprio corréu Julio Cesar em sua peça de defesa afirma que após realizar a curva perdeu o controle do veículo e veio a atingir a motocicleta do autor que vinha em sentido contrário (fls. 101).

Dessa forma, depreende-se que o corréu Julio Cesar estava conduzindo o veículo sem o devido cuidado, pois ao contrário do que sustenta o apelante não se trata de hipótese em que não foi possível averiguar quem foi o agente causador do evento.

**Apelação com revisão Nº 0347823-68.2007.8.26.0577**

Portanto, ante a demonstração da culpabilidade do corréu Julio Cesar que ao conduzir o veículo de propriedade do apelante de forma imprudente, vindo a perder o controle do mesmo, invadindo a contramão da direção e atingindo o autor, de rigor a manutenção do julgado de primeiro grau.

Assim, o apelante não se desincumbiu de elidir as assertivas do autor, além do fato de que suas alegações apresentam-se isoladas nos autos.

Portanto, como já diziam os romanos "*allegare nihil et allegatum non probare paria sunt*", vale dizer alegar e não provar equivale a nada alegar.

Doutra parte, a cobrança dos valores referentes ao dano material encontra amparo na realidade dos autos, sendo de rigor a manutenção da condenação do montante descrito no julgado de primeiro grau.

Assim, qualquer conclusão contrária a obtida no presente feito configuraria a perpetuação da injustiça, caracterizando nítida situação de possível enriquecimento indevido, vedada pelo ordenamento jurídico pátrio.

No escólio de ORLANDO GOMES (in "Obrigações", Forense, 5ª ed., p.306/307), tem-se que:

"O enriquecimento compreende todo aumento patrimonial e todo prejuízo que se evite. O empobrecimento, toda diminuição efetiva do patrimônio ou a frustração de vantagem legítima. Entre o enriquecimento de um e o empobrecimento do outro, deve haver um vínculo de conexão, de modo que o primeiro enriqueça as expensas do segundo."

**Apelação com revisão Nº 0347823-68.2007.8.26.0577**

Esse nexo de causalidade, através do qual se verifica que a causa do enriquecimento de um é o empobrecimento do outro, manifesta-se nos casos em que há o deslocamento de um bem do patrimônio deste para o daquele.

...

Quando, pois falta a causa, ou é injusta, o enriquecimento é reprovado. A condenação da ordem jurídica se manifesta por uma sanção civil, que consiste na obrigação imposta ao enriquecido de restituir o que recebeu por injusto locupletamento".

No que concerne ao aspecto moral, é decorrência lógica dos fatos apurados nestes autos a dor e o padecimento sofrido pelo apelado.

E, para dimensionar a aludida reparação cabe ao magistrado nortear-se pelo princípio da razoabilidade, para não aviltar a pureza essencial do sofrimento que é do espírito, evitando a insignificância que o recrudesce ou o excesso que poderia masoquisá-lo.

Nesse sentido, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento publicado na RSTJ 112/216, com voto condutor do eminente Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO, bem ponderou:

"Na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores, e, ainda, ao porte da empresa recorrida, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso".

**Apelação com revisão Nº 0347823-68.2007.8.26.0577**

É o que afirma, noutras palavras, o eminente Des. Rui Stoco, citando lição do Prof. Caio Mário da Silva Pereira, no sentido de que a indenização não pode ser ***"nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva"*** (in *Responsabilidade Civil*, RT, 3ª edição, pág. 524).

O Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.417, de 27 de agosto de 1962), em seu artigo 84, é expresso ao determinar:

"Na estimação do dano moral, o juiz terá em conta, notadamente, a posição social ou política do ofendido, a situação econômica do ofensor, a intensidade do ânimo de ofender, a gravidade e a repercussão da ofensa".

A respeito do tema preleciona SILVIO RODRIGUES ("Direito Civil", "Da Responsabilidade Civil", vol. 4, Ed. Saraiva, 2ª ed., 1977, pg. 199), que:

"Não são poucos os que proclamam ser tão melhor a lei quanto menor poder conceder ela ao juiz; com efeito, abrir largas portas ao julgador, para lançar mão da regra que ele editaria se fosse legislador, é, ao ver de muitos, de grande inconveniência."

Mas acrescenta:

"Ora, tal conselho nem sempre pode ser seguido, pois em numerosíssimas hipóteses a regra de direito se reveste de grande flexibilidade."

Ademais, quando o legislador confere ao juiz poderes para fixar moderadamente uma indenização por dano moral, não está ele conferindo a um homem o poder de fixar tal indenização; em rigor, está conferindo ao Poder

**Apelação com revisão Nº 0347823-68.2007.8.26.0577**

Judiciário aquela prerrogativa, pois a decisão do juiz singular será examinada pelas instâncias superiores e se aquela vier a ser confirmada em apelação, embargos e recursos extraordinários, tal decisão decerto representará o sentir de toda uma elite intelectual, representada pelo referido Poder Judiciário. Não me assusta o argumento do excessivo poder concedido pelo legislador ao juiz."

Assim, levando-se em consideração as circunstâncias do caso concreto, com as repercussões pessoais e sociais, os inconvenientes naturais suportados pelo apelado, seu nível socioeconômico, a indenização pelos danos morais fica mantida no montante fixado pelo juiz sentenciante, valor suficiente para confortar o abalo indevidamente experimentado pelo autor, e, ao mesmo tempo, desestimular a conduta indiligente dos réus.

Dessa forma, a manutenção do julgado de primeiro grau é medida que se impõe.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

FELIPE FERREIRA

Relator

Assinatura Eletrônica